

ARTIGOS

REPENSANDO OS ASPECTOS SOCIAIS DA SUSTENTABILIDADE: A CONSERVAÇÃO INTEGRADA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO*

Antonio Augusto Arantes**

Resumo

A aplicação dos princípios que orientam a conservação integrada e sustentada do patrimônio nos países industrializados enfrenta desafios importantes quando aplicados a contextos nacionais, nos quais a cidadania democrática é ainda incipiente. Apesar das conquistas alcançadas pelo movimento preservacionista nos níveis micro e macropolíticos, uma busca efetiva de soluções e avanço desta prática exige que se enfrentem as forças sociais que fazem da conservação um pleito de alcance limitado. Talvez este seja um modo de contribuir para a superação do desvão que separa as paisagens de sonho

Abstract

The application of principles guiding integrated and sustained conservation in the industrialized countries faces important challenges when applied to national contexts where democratic citizenship is still incipient. Despite the conquests of the preservationist movement at the macro and micro political levels, an effective search for solutions and advancement in this practice demands that we face the social forces that turn conservation into a pledge of limited reach. Maybe this is the way to contribute to overcoming the ever-growing chasm that separates the preservationists' dream-like landscapes from daily life's

* Palestra de Abertura do 2º Seminário Internacional e 4ª Reunião Internacional. *Conservação e desenvolvimento sustentável urbano: uma estrutura teórica*, organizados pelo CECI / ICCROM / ICCOMOS / IPHAN, Recife, 1998.

** Consultor e professor titular de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (São Paulo). Foi Secretário Municipal de Cultura de Campinas, Secretário Geral da Associação Latino-Americana de Antropologia, Presidente da Associação Brasileira de Antropologia e do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT).

preservacionistas do pesadelo da vida cotidiana nas megacidades dos países emergentes e do Terceiro Mundo.

Palavras-chave

Patrimônio; conservação; meio ambiente urbano; democracia.

nightmare in the megacities of emerging countries and of the Third World.

Keywords

Heritage; conservation; urban environment; democracy.

Um dos principais desafios que se colocam à preservação do patrimônio cultural é a mediação entre as formulações genéricas e programáticas resultantes de acordos e reuniões internacionais e a implantação de políticas em cada um dos países, regiões, cidades e zonas urbanas, onde os bens patrimoniais e os atores sociais (sujeitos de memória e de valores) efetivamente se localizam. Esse desafio situa-se tanto no plano da formulação de metodologias, quanto no encaminhamento de ações práticas.

O argumento que desenvolvo aqui é que para realizar uma adequada mudança de escala entre as normas gerais formuladas, por assim dizer, *de longe* e as circunstâncias locais é imprescindível, em primeiro lugar, criar os meios que permitam avaliar – tanto ética quanto sociologicamente – os efeitos produzidos pelas práticas preservacionistas sobre a vida e a cultura das populações envolvidas e sobre as paisagens de pedra e cal visadas por essas práticas. Em segundo lugar, é preciso conhecer *de perto* os desafios sociais, econômicos, políticos e culturais que se apresentam ao planejador em cada uma das situações em que ele atua. A articulação entre esses dois pontos extremos – ou seja, entre princípios gerais e circunstâncias particulares – é imprescindível para compreender adequadamente a origem e a natureza de algumas dificuldades que os programas de conservação integrada enfrentam cotidianamente, e para o enfrentamento dessas dificuldades. Tal perspectiva leva ao reexame de alguns aspectos sociais da sustentabilidade do patrimônio. Antes de mais nada, convém explicitar rapidamente alguns dos termos de referência do raciocínio aqui desenvolvido.

Conceitos de base

Há pelo menos três noções subjacentes à problemática focalizada nestas reflexões:

1. Compatibilidade entre, por um lado, o atendimento das necessidades básicas e as exigências contemporâneas da vida humana e da economia e, por outro, o volume de recursos disponíveis: este é um princípio que preconiza a idéia de *harmonia no presente*;

2. O atendimento das necessidades atuais deve contemplar a conservação, e, na medida do possível, a ampliação dos recursos a serem utilizados pelas gerações futuras: esta é uma visão e um compromisso *a longo prazo*;

3. A integração entre *conservação e planejamento urbano*, partindo do reconhecimento da *singularidade* das áreas preservadas no contexto mais amplo da cidade.

Há nessas noções dois pressupostos básicos de natureza técnica e política que se aliam a um princípio ético fundamental. De um lado, propõe-se que a construção dos lugares de memória se torne um processo mais reflexivo, ou seja, privilegiam-se escolhas pautadas numa racionalidade que avalia custos e benefícios (materiais e simbólicos) a curto, médio e longo prazo. De outro, consagra-se uma concepção sistêmica da vida e do processo cultural, ancorando as decisões patrimoniais não no âmbito exclusivo do Estado, mas integrando-as às negociações que têm lugar na dinâmica social e no mercado, mediatizadas pela cultura política das populações envolvidas. Nesta esfera, o papel ideal do Estado seria o de mediador, árbitro e guardião e não de vanguarda, como ocorreu nos primórdios da ação preservacionista em vários países, inclusive no Brasil.

Esses dois pressupostos – que sinteticamente poder-se-ia designar como de *racionalidade reflexiva* e de *integração sistêmica* da esfera pública com a sociedade civil, para utilizar aqui os conceitos consagrados – encontram-se alicerçados sobre o mesmo princípio ético de respeito ao *interesse comum* que, por sua vez, repousa na idéia de consenso e numa concepção abstrata de comunidade. Este é o princípio que evoca e consagra a ordenação democrática de um mundo que é sabidamente desigual tanto do ponto de vista do controle dos recursos materiais e simbólicos, quanto do acesso aos benefícios da economia. Para esse descompasso entre *desejo democrático* e *realidade injusta*, formula, a carta magna do desenvolvimento sustentável, o problemático impasse:

Todos estariam em melhor condição se cada um considerasse os efeitos de seus atos sobre os demais. Mas ninguém está disposto a crer que os outros agirão desse modo e, assim, todos continuam a buscar seus próprios interesses.¹

Assim, pergunta-se, no Relatório Brundtland, de que forma “persuadir as pessoas ou fazê-las agir no interesse comum?”.

1 *Nosso Futuro Comum*, pp. 49-52.

Esta pergunta não deve suscitar apenas considerações da ordem do *que e como* fazer. As sugestões quanto ao desenvolvimento de formas participativas de gestão e quanto à disseminação de intervenções educativas preconizadas por aquele documento são efetivamente adequadas e não tenho nada a acrescentar, no momento, quanto a elas. Mas, por outro lado, a resistência dos habitantes dos centros históricos e de amplos setores da população dos países *reais* à preservação tem raízes sociais complexas. Para entender a sua origem e significado é preciso prestar mais atenção ao modo como se configura atualmente a experiência urbana nas grandes cidades dos países emergentes e do Terceiro Mundo, e indagar de que forma essa experiência participa das diversas configurações que a problemática do patrimônio assume em nossos países.

O patrimônio nas megacidades do Terceiro Mundo: palimpsesto de experiências e práticas pré-modernas, modernas e pós-modernas

Duas tendências estruturais são particularmente marcantes nas cidades do Terceiro Mundo, potencializando e dando configuração particular aos processos constitutivos das sociabilidades e da dinâmica cultural contemporâneas. Refiro-me de um lado, ao crescimento da população residente em casas insalubres ou daqueles que simplesmente não têm acesso a algum tipo de habitação, os chamados *sem-teto*. De outro, refiro-me ao aumento da demanda por áreas públicas para fins de moradia, para o comércio ambulante e outras atividades do setor informal. Consideremos rapidamente esse quadro.

Apesar da desaceleração da taxa de crescimento populacional nos grandes centros metropolitanos e a despeito da diminuição das oportunidades de trabalho provocada pelo desinvestimento em diversos setores da economia, a população das megacidades do Terceiro Mundo continua crescendo em ritmo acelerado. Esse crescimento tende a ser bem superior à oferta de habitações, sobretudo as acessíveis às classes populares. Em conseqüência disso, multiplicam-se e crescem em número e volume os assentamentos localizados em áreas impróprias ao uso residencial, resultando na produção de ambientes insalubres (refiro-me tanto a cortiços instalados geralmente em edificações “abandonadas”, quanto a favelas e habitações improvisadas nas margens dos rios, em áreas de grande declívio, ou mesmo em ruas, praças e áreas públicas de modo geral).²

2 Exemplos. São Paulo, Rio de Janeiro e centros regionais como Recife, Salvador, Natal, Porto Alegre e Belo Horizonte: entre 1950 e 1990, crescimento vegetativo e incremento devido à migração interna e internacional.

Parte significativa dessas áreas abriga conjuntos urbanos ou mesmo imóveis isolados que tecnicamente se consideram como tendo valor patrimonial (histórico ou paisagístico, quando não artístico ou arquitetônico). Tal é, por exemplo, o caso dos bairros dos Campos Elíseos e de Santa Ifigênia, onde nas primeiras décadas deste século residiam as famílias mais abastadas da cidade de São Paulo.

Paralelamente, aumentam a pobreza e o desemprego (nos setores agrário e industrial), em função das incertezas da economia mundial. Essas tendências alimentam a expansão de atividades do setor informal, quando não aquelas consideradas clandestinas (assalto e tráfico de drogas). Essas práticas e os seus agentes tendem obviamente a localizar-se junto à massa de seus possíveis clientes, nos centros das cidades.

Em decorrência de uma combinação dessas tendências, aos *sem-teto* somam-se todo tipo de pessoas, na demanda por posições estratégicas nessas conturbadas e complexas configurações espaço-temporais que são as áreas públicas e, em particular, os centros históricos das nossas metrópoles.³ Um episódio recente em São Paulo ilustra bem esse fato. Ao ser retirada à força da frente da catedral, uma vendedora ambulante tentou argumentar com muito bom fundamento mercadológico para os policiais e fiscais da prefeitura: “Mas este é o melhor lugar para eu vender as minhas mercadorias!”. De fato, ela havia apoiado o seu tabuleiro sobre um pedestal de pedra que era nada mais nada menos do que o marco zero da cidade!

No caso da cidade de São Paulo, levantamentos feitos pela FIPE⁴ dão uma idéia da extensão desse problema. Em 1993 foram localizadas 160.841 famílias (595.110 pessoas) residindo em cortiços. 64% dos chefes dessas famílias nasceram no Nordeste, que é ainda a região de onde provém a maioria dos migrantes que demandam aquela cidade. Destes, 13% chegaram entre 1964 e 1973, e essa porcentagem dobra na década seguinte, atingindo 38% entre 1985 e 1993. No mesmo ano, foram contados 1.901.892 favelados em São Paulo. Destes, 64,3% residem em favela há menos de 10 anos, e 60,8% são provenientes do Nordeste. Quanto à população habitante das ruas, levantamento realizado nas casas de convivência, albergues e abrigos⁵ aponta em 1996 um

3 “A guerra dos lugares”. In H. Buarque de Holanda (org.) Cidade. Volume temático da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol.23, Rio de Janeiro, IPHAN, 1994.

4 Relatórios Gerenciais de março de 1994 da Superintendência da Habitação Popular da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo, a partir de pesquisa realizada especialmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

5 *Pesquisa sobre a população de rua no município de São Paulo – 1996*. Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal da Família e do Bem-Estar Social. Relatório de Pesquisa, 1996.

crescimento de 32,5% com relação a 1991: das 5.334 pessoas localizadas, 48% estão na rua há menos de 6 meses e 25% há mais de 18 meses. Aproximadamente 40% provêm do Nordeste.

Ainda em São Paulo, levantamento realizado em maio de 1991 com 635 pessoas registrou com clareza que essa tendência, emblemática do processo de pauperização das classes populares, aprofunda-se em ritmo acelerado. Alguns dados são alarmantes. Em primeiro lugar, eles sugerem que crescem tanto a população de rua (32,45% de 1991 a 1996) quanto o número de pontos de pernoite (por volta de 36% formaram-se entre maio de 90 e maio de 91). Depois, refletem a continuidade e consolidação dessa tendência: aproximadamente 25% dos pontos considerados existem há mais de 5 anos; da população total considerada, aproximadamente 40% encontrava-se permanentemente na rua há mais de 18 meses.⁶ Outro levantamento, recentemente realizado pelo SOS Criança⁷ em 11 pontos da cidade, registrou que aproximadamente a metade freqüenta escolas; ou seja, são jovens que desenvolvem na rua uma forma de vida análoga à das demais pessoas pobres residentes em cortiços e favelas. Dos que pernoitam nas calçadas, 57% dormem com outras crianças, e, em termos etários, o grupo mais expressivo (34%) são jovens entre 10 e 15 anos.

Desta forma, em São Paulo como no Rio de Janeiro, em Buenos Aires como no México, em Recife ou Salvador, formam-se paisagens onde a vernáculo pobreza e a diferença cultural – em suas várias feições – interpelam e situam socialmente as fachadas de cristal globalizadas, que por seu turno as refletem, politizando o espaço urbano.

De que forma a problemática do patrimônio participa desse quadro? Gostaria aqui de examinar ainda que muito rapidamente cinco cenários.

As políticas de preservação como enquadramentos estratégicos

A intervenção técnica e política na vida da cidade, que designamos *conservação*, consiste em ações que implementam sentidos (implícitos e explícitos) que modificam os marcos e as margens, ou seja, as fronteiras simbólicas construídas e reconfiguradas pela sociedade. Ela produz molduras rituais ou enquadramentos que podem desestabi-

6 M. A. da Costa Vieira (org.) *População de rua*. São Paulo, Hucitec, 1992.

7 SOS Criança. Entrevista concedida por Paulo Vitor Sapienza, coordenador da instituição, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* em 29 de maio de 1997.

lizar as relações econômicas e de poder estabelecidas ao longo do curso regular da vida social, com os seus marcadores de proximidade e distância social. Um claro exemplo dessa desestabilização encontra-se no que denomino *crise da cultura pública*.⁸ A proximidade física entre áreas afluentes de *enobrecimento* – a riqueza patrimonial *world class* criada pelos projetos pontuais de revitalização ou de requalificação de zonas patrimoniais – e a pobreza fortemente instalada nas áreas de desinvestimento *não* tem sido acompanhada pela criação de uma cultura que favoreça o diálogo, a convivência ou maior proximidade social entre ricos e pobres.

Ao contrário, no reverso do que Sharon Zukin chamou de *paisagens de sonho*⁹ criadas por certo tipo de empreendimento imobiliário e urbanístico contemporâneo – para não dizer *pós-moderno* – encontra-se freqüentemente o pesadelo da exposição pública do *conflito social* produzido por uma cultura do *medo* da agressão física e do *risco* de contaminação simbólica. Lamentavelmente, segundo as formas dominantes de representação, o espaço público das megalópoles tornou-se lugar perigoso e a sua requalificação como paisagem de sonho passou a depender da existência de fortes esquemas de vigilância e de controle, além da sempre almejada geração de ganhos comerciais vultosos.

No Brasil, talvez o caso mais flagrante seja o do Pelourinho, na cidade de Salvador. Listada pela Unesco como Bem do Patrimônio Mundial em 1981 e amplamente cantada em prosa e verso como “coração da Bahia”, o também chamado Maciel foi ao mesmo tempo estigmatizado pela mídia como “foco de comportamento desviante”.¹⁰ No início dos anos 90, essa área passou por um processo de requalificação. Esse programa visava criar oportunidades de investimento em um acervo patrimonial que incluía 35 unidades monumentais, 5.237 imóveis e uma coleção de 2.409 bens culturais móveis, implicando investimentos da ordem de 30 milhões de dólares. Desse total, US 500.000,00 foram utilizados na remoção de 434 famílias; ou seja, a um custo de pouco mais de US 1.000,00 por família – o que representa no total 0,6 % do custo do empreendimento – e através da reabilitação de velhos edifícios, algumas obras de infra-estrutura e muita luz, incen-

8 “A guerra dos lugares”. In: H. Buarque de Holanda (org.) *Cidade*. Volume temático da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol.23, Rio de Janeiro, IPHAN, 1994.

9 S. Zukin. *Landscapes of power*. California, University of California Press, 1991.

10 Segundo O. de Araújo Pinho, estudo realizado pelo IPAC em 1991 preocupou-se em desfazer esse estigma. (O. de Araújo Pinho. *Descentrando o Pelô*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Campinas, Unicamp, 1996.

tivou-se o estabelecimento de um conjunto de lojas, restaurantes, bares e locais de entretenimento que constituíram o que se poderia designar sinteticamente como *parque temático da afro-bahianidade*. Essa área – onde até recentemente a prostituição e as casas de cômodos predominavam, mas que se encontra atualmente apartada do dia-a-dia da cidade – é um marco obrigatório da peregrinação de todo visitante da cidade do Salvador. Lá, o *fast-food* étnico é o principal produto que se oferece, ambientado pela parafernália que materializa a *idéia de Bahia*¹¹ e servido sob o controle de um sistema pesado de vigilância que mobiliza pelo menos 700 homens do 18º Batalhão da Polícia Militar.

A problemática da vigilância e segurança pública tornou-se extremamente complexa em nossos países, mas não cabe nesta rápida apresentação focalizá-la detalhadamente. Embora sejam muito imprecisos os dados a esse respeito, e apenas para citar um indicador expressivo, vale lembrar que na cidade de Campinas (1,2 milhão de habitantes, no interior de São Paulo), por exemplo,¹² segundo dados oficiais, em 1997 havia cerca de 5.000 homens trabalhando para 40 empresas privadas de vigilância e calcula-se que, incluindo atividades clandestinas, esse número cresça para 15.000, ultrapassando em muito o efetivo de policiais militares e investigadores da Polícia Civil que, juntos, somam 1.400 homens. No estado de São Paulo como um todo, as informações fornecidas pelo Sindicato de Empresas de Segurança Privada¹³ são de que em 1997 havia 277 empresas autorizadas pelo Ministério da Justiça, reunindo aproximadamente 120.000 vigilantes; além destes, estima aquela entidade, 100.000 clandestinos estariam também em atividade.

O patrimônio como bem para o consumo visual

Refiro-me aqui à importância da mídia, da publicidade e ao investimento na visibilidade como vetores da cultura contemporânea, em que cada vez mais a experiência direta e as relações face a face fundem-se com o que é pautado pelas instituições de

11 Idem, *ibidem*.

12 Jornal *Diário do Povo*, caderno Cidades, de 10 de agosto de 1997: dados estimativos fornecidos pelo delegado regional do Sindicato das Empresas de Segurança Privada e Cursos de Segurança do Estado de São Paulo – Sesvesp.

13 Informação enviada por correspondência pelo Sesvesp.

comunicação e construído imageticamente. Nessa cenografia pós-moderna de som e imagem – que em nosso país frequentemente transforma-se em poluição sonora e visual – as imagens do lugar assim como as de imagens de si (ou seja, os símbolos de identidade) ganham um efeito de generalidade e uma dose grande de estetização. Ao serem remodelados pelo *design* (que é uma linguagem global), edifícios específicos e concretos vão se tornando suportes de uma imagem genérica de lugar: nesse sentido, é significativo que Lisboa esteja desenvolvendo um certo quê de Barcelona, e que o Rio de Janeiro caminhe na mesma direção.

Procuo frisar aqui não tanto a tendência à homogeneização – que de fato a vida social tende sempre a deslocar e a problematizar – mas o seguinte ponto. No tratamento imagético do patrimônio, *limpeza* e *equilíbrio* são valores estéticos fundamentais; assim sendo, a contigüidade com o que é alheio à imagem construída e enquadrada produz poluição visual e o que os antropólogos chamam de *contaminação simbólica*: o que é belo para uns, torna-se problema para outros. Exemplificando: determinados signos, como as esquadrias metálicas e as coberturas de amianto, que são tão prezados pela cultura popular e – a meu ver com justiça – execrados pelos arquitetos do patrimônio, transformam-se em signos de pobreza e decadência em face de e em contraste com palacetes e igrejas patrimoniais.

O patrimônio como referência e como recurso

Convém fazer, a esta altura, uma distinção conceitual que é relevante para a problemática em foco. Na economia simbólica do patrimônio pode-se diferenciar dois aspectos ou sentidos muitas vezes presentes nos mesmos objetos materiais. Há o que chamo de *patrimônio-referência*, ou seja, a dimensão do bem cultural que diz respeito aos sentidos enraizados e subentendidos na ação social; estes são os significados que estruturam a memória coletiva. Refiro-me aos valores que para determinado grupo são consensuais ou amplamente compartilhados. Este é o caso das regras que presidem a organização de uma celebração comunitária, como por exemplo o reisado ou a festa do divino: o sistema de posições sociais é prescrito, os critérios de escolha dos atores para cada posição é tradicional, etc. No caso de imóveis, este aspecto diz respeito ao que se considera ser o modo adequado de utilizar sítios e edificações públicas, tais como praças, templos, sedes de governo, etc. Pode-se dizer que este aspecto diz respeito ao bem patrimonial como *símbolo* (situação em que há unidade sensorial entre signo e

referente): um templo *é* a casa de Deus, assim como a hóstia *é*, para os católicos, o seu corpo.

Em relação aos bens patrimoniais, este sentido não é rígido, nem único. Tradições são inventadas e reinventadas, perdidas e encontradas, como parte de um complexo trabalho social de produção simbólica, assim como o são as inovações. Os bens culturais admitem uma certa margem de flexibilidade de sentido cuja compreensão é fundamental para entender o modo como eles participam da política de identidade e dos jogos de mercado. Nessas situações, eles podem participar obrigatoriamente em razão de disposições tradicionais definidas e regradas pelo costume, ou resultantes dos mais variados motivos como a preferência estética e o prazer lúdico. Este é o domínio de um segundo aspecto da significação que pode se designar como *alegórico*, já que nestas situações o signo faz alusão icônica a um referente, não sendo intrinsecamente associado a ele.

Esta é uma característica dominante do *patrimônio-recurso*, noção que aponta para o potencial simbólico e funcional do bem cultural e que é passível de ser vivificado e transformado pela vida social tanto em termos práticos (visando o atendimento de novas necessidades do grupo social) quanto simbólicos (na incorporação a rituais e na construção de imagens que, por assim dizer, reinventam tradições e identidades).

Patrimônio à venda

Estas variações de sentido (de símbolo a alegoria) podem ser predominantes num ou noutro contexto da prática social, num ou noutro contexto histórico. Ambos convivem como possibilidades virtuais e, embora os símbolos pareçam ser a princípio mais sagrados do que as alegorias em função de seu vínculo com a própria coisa significada, sagrado e profano de fato convivem no interior de todos os bens culturais.

É exatamente essa propriedade que permite, na formulação de políticas culturais, optar-se por favorecer, em maior ou menor grau, o caráter sagrado dos bens patrimoniais e monitorar a sua convivência – nem sempre pacífica – com as tendências do mercado e as transformações sociais.

Grosso modo, as políticas tradicionais de patrimônio Histórico e Artístico (com H e A maiúsculos) privilegiaram a dimensão *simbólica* dos bens preservados – ao terem como meta a construção de paisagens históricas fundantes das nações (ou seja, um certo sentido de lugar amplamente compartilhado). Mesmo os esforços no sentido de pluralizar as imagens da cultura nacional, preservando criações e variações vernáculas, procuraram ampliar e matizar esse conjunto de bens de valor eminentemente *simbólico*.

Atualmente, muitos empreendimentos e políticas de patrimônio, ao se voltarem para a potencialidade de mercado desses bens, acabam atribuindo pouca atenção – se é que alguma – à dimensão simbólica e investem pesadamente em seu aspecto alegórico. Em consequência disso, essas iniciativas enfrentam entre outros, um importante desafio: no afã de produzirem lugares *para* o mercado, elas freqüentemente põem em cena identidades de vitrine, para visitantes saturados de informação, em cenários descartáveis.

Projetos de iluminação e de obras fachadistas muitas vezes enquadram e valorizam fragmentos episódicos e fugazes da paisagem, estrategicamente situados em relação a vias de trânsito rápido ou a pontos de observação panorâmica, privilegiando uma fruição efêmera de bens pouco duráveis e para contemplação à distância. Eles reforçam a descontinuidade visual, social e econômica dessas áreas em relação aos conjuntos onde estão inseridas, destacando-as do contexto urbano imediato. Muitas vezes estabelecem analogias e associações visuais com sítios localizados em outros pontos do planeta – igualmente segregados – ao destacarem apenas os aspectos que configuram vistas favoráveis, estrategicamente enquadradas, da *cidade-ícone*.

Diante desse quadro, é inevitável perguntar: quais serão os efeitos, sobre a dimensão simbólica do patrimônio, de práticas dirigidas à valorização de seu aspecto alegórico, multiplicável, substituível? E sobre as identidades sociais e pessoais, quais as consequências dessa tendência que quer tornar *soft* as diferenças culturais, que tornar *fast* o *soul food* étnico, *lisos* os territórios existenciais e o nosso velho mundo um inócuo parque temático?

Atenção: parque temático!

Penso que para ser efetivamente sustentável, a *conservação integrada* tem de evitar três males,¹⁴ freqüentes nos parques temáticos:

1. Contrabalançar a tendência ao desaparecimento de relações estáveis entre o local físico e a geografia cultural (preservar o lugar da cultura no sentido mais profundo do conceito) e valorizar os processos de *re-apropriação* dos bens culturais: para ser socialmente sustentado, o sentido de lugar não pode ser um blefe!¹⁵

14 M. Sorkin (org.). *Variations on a Theme Park*. New York, Hill & Wang, 1992.

15 O. Arantes. In: A. Arantes (org.). *Cidadania*. Volume temático da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 24, Rio de Janeiro, IPHAN, 1996.

2. Ser crítica dos simulacros televisuais produzidos por uma arquitetura já chamada de semiótica, que corporifica uma visão feliz e regulada do prazer; que produz um sucedâneo do espaço público, higienizado e sem turbulência. Como diz Sorkin, não há movimentos de protesto na Rua Principal de Disneyworld. E movimento, todos sabemos, é vida!

3. Enfrentar o tema obsessivo da segurança. Que o planejamento e a conservação integrada sejam críticos da cartografia de poder desenhada por sistemas de cercamento e confinamento, fronteiras militarizadas que têm um papel mais segregador do que integrador dos grupos sociais.

É o centro histórico uma ilha onde se pode cultivar uma nova civilidade?

Um dos principais desafios à cidadania neste final de século é a requalificação – para utilizar um termo do nosso jargão – dos fundamentos liberais dos direitos civis: a transmutação do princípio de *igualdade* que despolitiza a diferença cultural, em *equidade*; o deslocamento da *fraternidade* abstrata pelo sentido de *responsabilidade* pelo semelhante (e pelo diferente); e libertar um sentido de *liberdade* que tornou-se refém do medo e que clama pelo direito à segurança. Que a conservação integrada possa devolver o prazer de contemplar, a olhos que já não vêem, mas vigiam.

Seria a cidade histórica suporte da memória coletiva? Seria ela ainda o *locus* onde se re-singulariza a experiência em pequenas ilhas? Vive ainda o espaço público como dimensão física da *polis*, onde se materializaria o intervalo que nos aproxima e nos distancia de outrem; refere-se ele ao *inter-esse*, aos sentidos sociais e políticos compartilhados? A compreensão dos processos culturais pelos quais estruturas físicas são simbolicamente transformadas em marcos de territorialidade, em lugares privilegiados de exposição pública e de enfrentamento de desigualdades e diferenças: eis uma questão cujo entendimento poderá lançar novas luzes ao estudo das culturas de rua, das políticas urbanas e das paisagens morais e de pedra e cal, que configuram as megacidades contemporâneas e, nelas, o patrimônio como algo que nos diz respeito, que de algum modo nos pertence.

Já se argumentou que o fenômeno urbano não é um problema entre outros. Num certo sentido, ele é um dos nossos principais problemas, pois é na cidade onde se cruzam os desafios de ordem cultural, econômica, social. A esperança é que nela também floresça a possibilidade de “recentramento” da vida política a nível local. Num espaço físico global que se contrai – não pelo crescimento populacional, mas pelo modo de

vida que desenvolvemos – é essencial manter (reforçar) as identidades culturais diferenciadas para estimular o sentido de pertencimento específico e a identificação com outrem. O desafio é reconhecer num só movimento o direito à diferença e à proximidade, o que é o inverso da exclusão socioespacial, explícita ou implícita, prática ou simbólica que é tão freqüente nas cidades do Terceiro Mundo.

Final: o grande desafio

A reflexão sobre as inúmeras declarações, acordos e documentos formulados em encontros internacionais, sinaliza para a existência de uma clivagem importante entre as condições de aplicabilidade dos macroprincípios norteadores da conservação integrada e sustentada nos países industrializados e naqueles, como o Brasil, onde as conquistas democráticas são ainda incipientes. O que talvez se coloque para outras sociedades como uma questão de “opção política e social” é, para os chamados Países Emergentes e do Terceiro Mundo – e eu creio que neste contexto posso utilizar o termo coletivo, fazendo apenas injustiça a algumas diferenças pontuais – um enorme desafio político e cultural. Pois, ainda que se faça a crítica de certos mitos formadores da cultura política dominante e apesar das conquistas do movimento preservacionista nos planos macro e micropolíticos, a dimensão local – e este é o calcanhar de Aquiles das políticas de preservação – ainda encontra-se em nossos países extensamente minada pelo preconceito, por destemperados e insaciáveis interesses privados, e pelos pequenos-grandes poderes que se encastelam na esfera política formal.

Em benefício de um futuro mais promissor, é preciso reconhecer que as práticas de defesa do patrimônio cultural têm consolidado – pelo menos no Brasil – redes e agrupamentos político-culturais, associações e outras entidades da sociedade civil bastante ativos na defesa de princípios democráticos no campo do patrimônio. Além disso, eu seria – até por trajetória profissional – o último a pretender desencorajar a busca de alternativas e antídotos para essa complexa situação. Mas tenho a convicção de que o primeiro passo para uma efetiva procura de soluções e avanços nessa prática exige que se encarem de frente as forças sociais que tornam a conservação um empenho de alcance limitado.

Para encontrar os atalhos e desvios diante das inevitáveis dificuldades que a conservação – como política cultural – apresenta ao técnico e ao planejador, é imprescindível ser realista e – acima de tudo – atentar para as diferenças de fato existentes

entre as culturas políticas e as histórias das diversas nações. O substrato sociocultural de cada país apresenta diferentes possibilidades e empecilhos aos empreendimentos de conservação; inversamente, empreendimentos realizados de acordo com as mesmas normas técnicas poderão ganhar sentidos diversos nos diferentes contextos em que forem realizados: conviver com as particularidades históricas de cada nação e lugar, modificando-as ou sendo modificado por elas, é contingência inerente ao processo de implantação de qualquer projeto de conservação do patrimônio cultural. Ao invés de negar a existência da resistência à preservação – que é tão freqüente em nossos países – ou desqualificá-la como manifestação pura e simples da desinformação, é necessário entender porque ela existe e o que significa. Talvez por essa via seja possível contribuir para superar o crescente desvão que separa as paisagens de sonho preservacionistas do pesadelo da vida cotidiana nas megacidades dos países emergentes e do Terceiro Mundo.